



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE  
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE



## 130.<sup>a</sup> SESSÃO DO COMITÊ EXECUTIVO

*Washington, D.C., EUA., 24-28 de junho de 2002*

*Tema 4.13 da agenda provisória*

CE130/20 (Port.)

3 abril 2002

ORIGINAL: ESPANHOL

### **RELATÓRIO DA REUNIÃO HEMISFÉRICA DE MINISTROS DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE DAS AMÉRICAS (RHMSA)**

Realizou-se em Ottawa, Canadá, em 4 e 5 de março de 2000, a Reunião Hemisférica de Ministros da Saúde e do Meio Ambiente das Américas. Esta exposição à 130<sup>a</sup> Sessão do Comitê Executivo informa sobre as principais conclusões daquele encontro, analisa as repercussões para os países e sugere ações para a Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA).

A Reunião que resultou da Cúpula de Quebec de abril de 2001 foi organizada pelo Governo do Canadá com a colaboração da Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Estiveram representados 31 países, cujas delegações incluíram 14 Ministros da Saúde e 15 Ministros do Meio Ambiente (PNUMA). Os antecedentes diretos do encontro são a Carta Pan-Americana e o Plano de Ação assinados na Conferência Pan-Americana sobre Saúde e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Humano Sustentável, realizada em Washington, D.C., em outubro de 1995. Os objetivos da Reunião de Ottawa foram construir pontes entre os setores da saúde e do meio ambiente, assentar ações conjuntas e contribuir para a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, a se realizar Joanesburgo em agosto de 2002. A Reunião apoiou-se num processo no qual foram preparados documentos técnicos em consulta com países e instituições. As propostas técnicas emanaram da compilação de conhecimentos levantados em toda a Região das Américas, beneficiando-se, ademais, da experiência das Conferências Europeias de Ministros da Saúde e do Meio Ambiente.

A Reunião reconheceu que as doenças diarreicas e as afecções respiratórias ainda são a principal carga patológica associada com o meio ambiente. Foram postos em destaque os temas prioritários de saúde ambiental da Região: primeiro, poluição das águas, água e saneamento e higiene; segundo, poluição do ar em ambientes fechados e abertos; e terceiro, os efeitos crônicos e agudos associados com a exposição a substâncias químicas, especialmente os pesticidas. Foi reavaliado o vínculo entre a saúde e o meio ambiente como fundamento para o desenvolvimento humano sustentável, bem como a importância dos laços estratégicos entre os dois ministérios e destes com outros agentes dos setores público e privado e com a sociedade civil. Acordou-se em pôr empenho na busca de metas específicas nos temas mencionados e se ressaltou a importância do conhecimento para apoiar a ação. Os Ministros da Saúde e do Meio Ambiente realizarão reuniões periódicas antes das Cúpulas Hemisféricas e utilizarão os mecanismos existentes na Região para dar seguimento a seus acordos.

Os países manifestaram-se de acordo quanto à necessidade de levar avante essa ampla aliança estratégica no âmbito nacional e quanto à importância de fortalecer suas capacidades. Os acordos nacionais gerarão metas e procedimentos concretos. No nível regional, o Canadá, a OPAS e o PNUMA convocarão um grupo de trabalho para esboçar um mecanismo de seguimento a estas reuniões ministeriais. Requer-se que o Comitê Executivo tome nota do Comunicado Ministerial e dos compromissos nele propostos.

## ÍNDICE

	<i>Página</i>
1. Introdução.....	3
2. A Reunião de Ministros da Saúde e do Meio Ambiente .....	3
2.1 Antecedentes .....	3
2.2 Conclusões .....	4
2.3 Importância das conclusões .....	6
3. Propostas para a ação.....	6
3.1 Dos países .....	6
3.2 Da OPAS.....	7
4. Ação Solicitada do Comitê Executivo.....	7

## **1. Introdução**

A Resolução CD43.R15, adotada pelo 43º Conselho Diretor em setembro de 2001, deu à RSPA instruções para trabalhar com o Governo do Canadá e o PNUMA na convocação da Reunião Hemisférica de Ministros da Saúde e do Meio Ambiente, a qual se realizou em Ottawa nos dias 4 e 5 de março de 2002. O objetivo do presente documento é apresentar as conclusões do encontro e debater suas conseqüências para os países e para a OPAS. O documento apresenta uma resenha dos antecedentes da Reunião, comenta as conclusões do evento, propõe ações para os países e para a RSPA e pede sugestões do Comitê Executivo no que se refere às ações de acompanhamento.

## **2. A Reunião de Ministros da Saúde e do Meio Ambiente**

### **2.1 Antecedentes**

Os avanços da Região na área da saúde ambiental nas últimas décadas estão associados com o trabalho multissetorial, esforço esse que foi beneficiado pela definição de metas internacionais. Observemos dois exemplos: saneamento básico e qualidade do ar. No início da década de 1960, a cobertura de água potável na Região era de 33%, razão pela qual somente 69 milhões de pessoas contavam com esse serviço. Foram estabelecidas sucessivas metas para a ampliação da cobertura, primeiro na Cúpula de Punta del Este, em 1961; depois, na Terceira Reunião de Ministros da Saúde, em Santiago, em 1972; e na Década Internacional da Água e do Saneamento, de 1981 a 1990. Hoje, embora se reconheça que ainda persistem muitas deficiências, a cobertura de água potável na Região chega a 85%, com 420 milhões de habitantes abastecidos. No mesmo período, decresceu paulatinamente a mortalidade infantil e aumentou a esperança de vida na Região. O outro caso aludido é o acordo a que se chegou na Cúpula de Miami para eliminar o chumbo da gasolina até 2000. Existe clara compreensão do dano neurotóxico causado pelo chumbo no sangue das crianças, e essa acumulação vem da poluição do ar com o chumbo presente nas emissões da combustão de gasolina. O uso de chumbo vem-se reduzindo, de 27.000 toneladas em 1990 para uma estimativa de 5.000 toneladas em 2000. Até hoje, 15 países da Região eliminaram o chumbo da gasolina e todos os demais têm planos para fazer o mesmo.

Os antecedentes direto da Reunião Hemisférica foram a Conferência Pan-Americana sobre Saúde e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Humano Sustentável, realizada em outubro de 1995; outro foi a Carta Pan-americana e o Plano de Ação aprovados naquela ocasião. A Reunião foi convocada no contexto do Plano de Ação da Cúpula de Quebec, de abril de 2001. Os objetivos da Reunião foram: buscar acordos concretos para criar pontes entre os setores da saúde e do meio ambiente, num momento em que estão sendo abordados temas prioritários para a Região; definir um mecanismo de

acompanhamento dos acordos; e contribuir para a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável, a se realizar em Joanesburgo de 26 de agosto a 4 de setembro de 2002.

A reunião foi organizada pelo Governo do Canadá, que contou com a colaboração da OPAS e do PNUMA para a elaboração das propostas técnicas e para a convocatória. A elaboração das propostas técnicas beneficiou-se da conjugação de conhecimentos existentes e de um amplo processo de consultas com instituições e países. A plataforma da Agenda Comum deu valiosa contribuição, reconhecendo-se também as contribuições do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Mundial e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Ademais, foi de especial valor o intercâmbio com o Centro Europeu de Saúde e Meio Ambiente/OMS, que colabora com o processo das Conferências Europeias sobre Saúde e Meio Ambiente.

## **2.2 Conclusões**

Estiveram representados na Reunião 31 países, cujas delegações incluíram 14 Ministros da Saúde e 15 Ministros do Meio ambiente. A Reunião realizou três reuniões plenárias em que foram debatidos os temas da formação da aliança entre os dois setores, as prioridades de saúde ambiental da Região, o fortalecimento da capacidade e a colaboração. As delegações trabalharam paralelamente na elaboração do Comunicado Ministerial.(Anexo1) Ademais, houve apresentações especiais a cargo de alguns ministros.

Esta primeira reunião dos Ministros da Saúde e Meio Ambiente das Américas atingiu os objetivos e compromissos propostos no Comunicado Ministerial (Anexo 1), representando progresso na parceria entre os dois setores.

OPAS e UNEP irão trabalhar em conjunto com Canadá para desenvolver mecanismos de seguimento, dentro da essência dos acordos de Ottawa.

As conclusões do Comunicado Ministerial estão agrupadas em cinco seções, das quais juntamos adiante uma síntese.

### *2.2.1 Orientações futuras para a saúde e o meio ambiente nas Américas*

Reafirmou-se o valor da Carta Pan-Americana sobre Saúde e Meio Ambiente no Desenvolvimento Humano Sustentável, reconhecendo a preeminência da ação no âmbito de cada um dos países e fazendo referência explícita à importância dos laços estratégicos entre as comunidades da saúde e do meio ambiente e destas com outros setores públicos e privados e com a sociedade civil. A OEA, a OPAS, o PNUMA e o BID foram convidados a colaborar com os países e a fortalecer a coordenação entre eles em seus planos de trabalho. No crítico tema pertinente ao estabelecimento de um mecanismo de

acompanhamento, os Ministros concordaram em reunir-se periodicamente, antes da Cúpulas das Américas, para estabelecer diretrizes e avaliar o progresso. Ademais, convocaram um Grupo de Trabalho integrado pelos países para definir um mecanismo de acompanhamento que não duplique o trabalho de outros mecanismos e que aproveite espaços já existentes, como os Corpos Dirigentes da OPAS e outros fóruns regionais.

### *2.2.2 Questões que constituem preocupações e objetivos comuns*

Foram reconhecidas as diferenças entre os países. Neste contexto, porém, identificou-se como tema prioritário a poluição das águas, assim como água e saneamento básico, qualidade do ar, catástrofes naturais e inocuidade dos produtos químicos. Acordou-se também, entre outras coisas, em considerar a possibilidade de trabalhar visando atingir as Metas da Cúpula do Milênio no tocante à água e ao saneamento; quanto à redução da poluição da água, conforme foi definida na Declaração de Montreal 2001; quanto à disposição de detritos sólidos, à eliminação do chumbo da gasolina, implementado ao Convênio de Estocolmo, para o controle da exposição a substâncias químicas e à redução da vulnerabilidade às catástrofes naturais.

### *2.2.3 Desenvolver e compartilhar capacidades para responder às ameaças à saúde humana e ao meio ambiente*

Reconheceu-se a importância da ciência e dos conhecimentos na gestão ambiental. Nesse contexto, acordou-se em trabalhar para o fortalecimento da capacidade dos países para a vigilância, o manejo de indicadores, o intercâmbio de informações, o fortalecimento de instituições e a informação e educação pública.

### *2.2.4 Mensagens para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Humano Sustentável (CMDS)*

Renovou-se o compromisso com os acordos da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio em 1992, com a Agenda 21, seu instrumento principal, e particularmente com o Capítulo 6, sobre saúde e desenvolvimento. No que se refere a pobreza, meio ambiente e saúde, foi reconhecida a importância de—estabelecer mecanismos econômicos e financeiros para a gestão de um problema prioritário: o manejo integral do recurso água. Recomendou-se instantaneamente aos líderes da CMDS a integração da saúde e do meio ambiente e a construção de pontes entre os dois setores, bem como entre essa aliança e outros ministérios, do setor privado e a sociedade civil.

### 2.2.5 *Mensagens finais*

Colocou-se em destaque o papel da sociedade civil no financiamento do desenvolvimento sustentável. Reconheceu-se a oportunidade oferecida pela Reunião para o estabelecimento de um programa hemisférico comum.

## 2.3 *Importância das Conclusões da Reunião Hemisférica*

Consoante aos seus objetivos, a Reunião logrou progresso no forjamento de uma aliança estratégica integral entre os setores da saúde e do meio ambiente, identificou prioridades e metas, e contribuiu para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, de Joanesburgo. Prevê-se que a aliança entre os dois setores virá pôr em destaque o vínculo entre saúde e meio ambiente, conferirá poderes a amplos setores da sociedade e contribuirá com suas ações para a diminuição dos riscos ambientais para a saúde.

Não obstante, suas conclusões só terão valor na medida em que sejam convertidas em ação no âmbito dos países e em que seus postulados sejam usados para a harmonização coletiva a nível do hemisfério, no âmbito sub-regional e por conjuntos de países.

## 3. **Propostas para a Ação**

As propostas para a ação incluem medidas a serem tomadas pelos Ministérios da Saúde no âmbito dos países, medidas a serem tomadas pela OPS e medidas para a definição de mecanismos de acompanhamento dos acordos da Reunião—tema este que ficou pendente.

### 3.1 *Dos Países*

Propõe-se que os Ministérios da Saúde forjem laços com os Ministérios do Meio Ambiente nos respectivos países. Dentre estes, muitos já estabeleceram ou estão prestes a estabelecer esses laços. A América Central participa numa aliança sub-regional desse tipo desde a década de 1990, com os processos de Ecologia e Saúde (ECOSAL). Propõe-se que tais alianças definam metas e avancem nos níveis nacional e local. Reconhece-se que muitos dos temas pertinentes à gestão do meio ambiente e da saúde passam muito além do âmbito dos dois ministérios. Caso concreto é a importante questão da água e do saneamento, com empresas, municípios e entidades reguladoras a desempenhar papéis principais. Neste sentido, propõe-se que a aliança entre os setores seja ampla. Que se estenda a outros setores públicos e ao setor privado. E que esta aliança estratégica se estenda naturalmente à sociedade civil.

Reitera-se aos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente a importância de fortalecer sua capacidade de gestão da saúde ambiental. Com capacidade renovada, serão eles sócios eficazes e poderão convocar e encabeçar processos com outros setores da sociedade.

Existem metas de importância transcendental que podem ser consideradas no âmbito dos dois ministérios. Um exemplo são as Metas do Milênio, associadas com água e saneamento e com a poluição das águas. Outro tema que se pode considerar prioritário é a inocuidade dos produtos químicos, especialmente no que tange aos pesticidas.

### **3.2 Da OPAS**

Os Corpos Dirigentes Em consonância com os debates e acordos da Reunião Hemisférica, propõe-se que os Corpos Dirigentes da OPAS se inteirem periodicamente dos progressos que vêm sendo feitos com relação aos acordos de Ottawa.

- *Repartição.* Propõe-se que a RSPA continue seguindo a linha definida na Resolução CD43.R15, associada com o fortalecimento da capacidade das unidades de saúde ambiental dos Ministérios da Saúde. Nesse contexto, terá prosseguimento o trabalho de desenvolvimento institucional das unidades e seu fortalecimento associado com as funções essenciais da saúde pública. Um aspecto relacionado são os fóruns bienais de saúde e meio ambiente para os quais são convocados Diretores de Saúde Ambiental e dos Ministérios do Meio Ambiente. Esses fóruns vêm-se realizando desde 1997.
- *Mecanismo de acompanhamento.* O Comunicado Ministerial da Reunião inclui o acordo entre os Ministros, de se reunirem periodicamente, antes das Cúpulas das Américas. Ademais, expressa concordância quanto à formação de um Grupo de Trabalho integrado por países das diversas regiões das Américas para propor um mecanismo de acompanhamento que não duplique mas antes aproveite espaços regionais e sub-regionais existentes. A Repartição está disposta a colaborar com esse Grupo de Trabalho.

### **4. Ação Solicitada do Comitê Executivo**

Solicita-se ao Comitê Executivo tomar conhecimento deste relatório e do Comunicado Ministerial e que considere em agradecer o Governo do Canadá por sua liderança e comprometimento perante o fortalecimento das alianças entre saúde e meio ambiente para o desenvolvimento sustentável da Região.



**ENCONTRO DE MINISTROS DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE DAS AMÉRICAS  
4 A 5 DE MARÇO DE 2002  
Ottawa, Canadá**

**Comunicado Ministerial**

1. Nós, Ministros da Saúde e do Meio Ambiente das Américas, agindo de acordo com o compromisso assumido por ocasião da Cúpula das Américas realizada em abril de 2001, na cidade de Quebec, reconhecemos os diversos níveis e padrões de desenvolvimento de nossos países, sua diversidade cultural e a diversidade dos ecossistemas no âmbito do hemisfério. Estamos cientes da relação entre o meio ambiente e fatores socioeconômicos, tais como a pobreza, as condições precárias de habitação, os padrões insustentáveis de produção e consumo, a desigualdade na distribuição da riqueza e o encargo da dívida, bem como seus impactos sobre a saúde. Observamos especialmente o impacto extremamente negativo do terrorismo na condição humana, na saúde e no ambiente e rejeitamos o terrorismo em todas as suas formas. Conquanto tenha havido progresso na maneira de lidar com as questões de saúde e do meio ambiente na região, desafios econômicos, sociais e outros, tais como a falta de infraestrutura e planejamento urbano e rural adequados, contribuem para a persistência de doenças como a diarreia e as moléstias respiratórias. Além disso, doenças crônicas e agudas podem ocorrer devido à exposição inapropriada a produtos químicos e outros aspectos negativos do desenvolvimento. A carga da deterioração das condições ambientais e seu peso sobre a saúde afeta a geração atual e pode ter um impacto crescente sobre as gerações futuras. Em particular, estes afetam os grupos mais vulneráveis tais como crianças, idosos, mulheres, bem como os grupos mais desprotegidos, tais como as populações indígenas, populações rurais e os muito pobres. Expressamos nossa profunda preocupação a respeito desta situação e reconhecemos a necessidade de focalizar nossos esforços em nível local e regional baseados em objetivos comuns, que proporcionem as mesmas oportunidades de desenvolvimento sustentável na região, melhoria da saúde e do padrão de vida de todas as nossas populações.
2. Agradecemos ao Governo do Canadá, ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA-RONA, PNUMA-ROLAC) e à Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) pela participação ativa e competência técnica na preparação e organização deste encontro.

***Estabelecer rumos futuros para os setores da saúde e do meio ambiente nas Américas***

3. Reafirmamos os compromissos assumidos na Conferência Pan-Americana sobre Saúde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano Sustentável, realizada em 1995, em Washington D.C., e que resultou na Carta Pan-Americana sobre Saúde e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Humano Sustentável e no Plano de Ação Regional. A fim de cumprirmos plenamente estes compromissos, devemos levar em conta a necessidade urgente de fortalecer planos de ação tendo em mente o princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas, conforme o Princípio 7 da Declaração do Rio em 1992 sobre Ambiente e Desenvolvimento. Os países deveriam tentar continuar a mobilização de recursos para sua implementação e acompanhamento.
4. Reconhecemos que as ações começam em nossos países onde nos comprometemos a trabalhar em cooperação com todos os níveis do governo, do setor privado e da sociedade civil,

encorajando a participação comunitária. Cada país tem a responsabilidade primordial de tomar decisões e de investir na saúde e na melhoria da qualidade do meio ambiente, reconhecendo a interdependência dos ecossistemas na região. Estes investimentos constituem uma pré-condição crítica para reduzir a desigualdade e aliviar a pobreza levando, em última instância, ao melhoramento da qualidade de vida e à justiça social no contexto do desenvolvimento sustentável para todos os povos das Américas.

5. Reconhecemos a necessidade de fortalecer e consolidar ainda mais as parcerias entre os ministérios responsáveis pela saúde e ambiente. Além do mais, estabelecer vínculos entre os setores da saúde e do ambiente e outros setores do governo é vital ao processo para assegurar que a saúde e o bem-estar sejam cada vez mais reconhecidos e sistematicamente refletidos em políticas e programas nacionais. Comprometemo-nos a aprimorar as comunicações e a colaboração, bem como a empreender iniciativas compartilhadas no nível doméstico, nas áreas da saúde humana e do ambiente, com base em planos de ação e estratégias já implementadas ou a serem acordadas. Estes esforços poderão contribuir para o nosso objetivo comum de fomentar o desenvolvimento sustentável na região.
6. Reconhecemos o progresso significativo no âmbito da melhoria da saúde humana e do ambiente na região, ocorrida desde o endosso da Carta Pan-Americana e do Plano de Ação Regional. Com uma melhor compreensão das oportunidades e desafios, salientamos o valor, a importância e a necessidade de os setores da saúde e do ambiente trabalharem de maneira mais coesa na definição dos problemas, na identificação de soluções e na implementação de iniciativas conjuntas envolvendo os setores público e privado bem como a sociedade civil. Neste sentido, exortamos a OEA, OPAS, PNUMA e BID e outras organizações relevantes a continuarem adotando, respectivamente, em seus programas de trabalho medidas para formalizar a integração entre as questões relacionadas à saúde e ao ambiente, e para fortalecer a cooperação intersetorial de modo a torná-la parte de seu *modus operandi*.
7. Estamos de acordo sobre a necessidade de considerar um processo de acompanhamento que auxiliará cada país a avançar no nosso trabalho de prevenção e mitigação de ameaças ambientais à saúde humana, em nível regional e nacional. Concordamos em nos reunirmos regularmente, previamente à Cúpula das Américas para definir orientações e avaliar progressos. Quanto a isso, concordamos estabelecer uma força tarefa composta de países das Américas para elaborar propostas sobre um processo de acompanhamento que não duplique o trabalho existente executado, por organizações nacionais e regionais. Concordamos também que essa força tarefa aproveite os fóros existentes – tais como os Conselhos Ministeriais OPAS, Escritórios Regionais da PNUMA, bem como outras organizações internacionais, regionais e subregionais relevantes – para manter a dinâmica na realização de nossos objetivos. Além do mais, registramos o papel crítico da OAS e do BDI nesta questão vital e exortamos seu engajamento contínuo neste respeito, bem como seu suporte às estratégias e programas dos países membro, relacionados ao desenvolvimento sustentável no hemisfério.

#### ***Questões que constituem preocupações e objetivos comuns***

8. Embora reconheçamos que existem diferenças entre nossos países, percebemos também que temos muitas preocupações em comum quanto às ameaças ambientais à saúde humana e reconhecemos que tais questões podem ser tratadas de modo mais eficaz quando definimos objetivos comuns e atuamos em conformidade com estes mesmos. No espírito de proteção de nossos ecossistemas como provedores de serviços para o desenvolvimento

concordamos que as seguintes áreas prioritárias requerem ações coordenadas em toda a região:

- a) Gestão integrada dos recursos hídricos, incluindo contaminação da água e saneamento básico;
- b) Qualidade do ar;
- c) Implicação da incidência de desastres naturais e daqueles criados pelo homem sobre a saúde;
- d) gerenciamento adequado de substâncias químicas;
- e) Impactos potenciais à saúde em função da variabilidade e da mudança climática, em particular com respeito aos pequenos estados insulares em desenvolvimento;
- f) Saúde dos trabalhadores, inclusive o impacto detrimental do AIDS e HIV na produtividade;
- g) Segurança alimentar; e
- h) Ética do desenvolvimento sustentável sob uma perspectiva da saúde e do ambiente;

9. Como objetivos iniciais, aceitamos considerar trabalhar no sentido de:

- a) avançar rumo aos Objetivos Visão 21, 2015 e 2025, do Conselho Colaborador para o Fornecimento de Água e Saneamento visando a universalização da cobertura e higiene, adotando as Metas da Cúpula do Milênio relacionadas à água e desenvolver e utilizar tecnologias adequadas em relação à água e ao saneamento;
- b) prevenir e reduzir a poluição da água em áreas urbanas, industriais e agrícolas, por meio da gestão integrada dos recursos hídricos e por meio de esforços para cumprir os compromissos assumidos durante a Declaração de Montreal de 2001 sobre o Programa de Ação Mundial para Proteção do Ambiente Marinho das Atividades Baseadas em Terra (GPA);
- c) empreender uma avaliação econômica e técnica dos sistemas de esgotos e tratamento de água na região, inclusive uma análise comparativa das melhores práticas, a um custo razoável, na aplicação de ferramentas (econômicas, regulamentares e de políticas) e avaliação de benefícios para a saúde de modo a promover o acesso total a serviços e a internalizar gradualmente os custos de maneira justa e equitativa;
- d) examinar e utilizar as melhores práticas para a melhoria da gestão de resíduos sólidos (incluindo resíduos hospitalares);
- e) cumprir nosso compromisso de eliminar gradualmente o chumbo da gasolina e avançar nesse sentido através do desenvolvimento de estratégias nacionais para a gradual eliminação do chumbo de outras fontes;
- f) desenvolver planos nacionais de ação para reduzir as emissões de gases provenientes dos meios de transportes no ar, incluindo ações que diminuam a quantidade de enxofre na gasolina e no diesel;
- g) desenvolver estratégias para melhorar a qualidade do ar em locais fechados, locais de trabalho e prédios públicos;
- h) colocar em vigor as cláusulas da Convenção de Estocolmo, com ênfase no desenvolvimento de inventários de POPs e especialmente na redução da dependência e na busca de alternativas ao DDT;
- i) explorar a criação de registros de liberação e transferências de poluentes como ferramenta para controlar a exposição a resíduos químicos;
- j) desenvolver planos de contingência para prevenção, preparação e resposta a

- emergências de modo a reduzir a vulnerabilidade das populações;
- k) empreender iniciativas de pesquisa científica para melhorar nossa compreensão sobre os efeitos que a variação climática exerce sobre a saúde e o ambiente, incluindo doenças transmitidas por vetores e sua relação com a mudança climática; e
  - l) intensificar os esforços entre a O PNUMA, PNUD, OPAS e CEALC na construção de uma proposta regional sobre a ética do desenvolvimento sustentável a ser levada para a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável.

***Aumento e compartilhamento das nossas capacidades para responder às ameaças à saúde humana e ao meio ambiente***

10. Reconhecemos que o conhecimento científico e o conhecimento tradicional relevante constituem uma base de ação eficaz para tratamento das ameaças à saúde humana e ao ambiente. Nosso compromisso com a ampliação e a melhoria de nossa compreensão sobre os elos de ligação entre a saúde e o ambiente, além da melhoria, da disponibilidade, do entendimento e do uso das informações em nível regional, nacional e da comunidade, incluindo o conhecimento tradicional e local relevantes, constituem uma prioridade de nossa agenda. Para avançar no desenvolvimento desta capacidade na região:
- a) Concordamos em melhorar nossa vigilância e monitoramento da saúde das populações e dos ecossistemas.
  - b) Concordamos em apoiar o desenvolvimento, por meio da capacitação, para a avaliação integrada da saúde e do ambiente na região, baseada no conhecimento existente, reconhecendo que a capacidade de empreender avaliações científicas é fundamental para a tomada de decisões para a obtenção de consensos para ação regional e nacional.
  - c) Concordamos em avançar o desenvolvimento, harmonização e uso de indicadores, na medida apropriada, para informar as entidades decisórias do gerenciamento da saúde e do ambiente e das políticas públicas nacionais, tanto em nível local como hemisférico, sobre a situação atual e sobre o progresso alcançado. Como primeira etapa, trabalharíamos juntos para desenvolver uma série de indicadores sobre a saúde da criança, do ambiente e da qualidade da água.
  - d) Concordamos avançar o intercâmbio e na difusão de conhecimentos por meio de todos os possíveis mecanismos, inclusive conferências e outros fóros.
  - e) Concordamos em examinar as capacidades de nossas atuais instituições pan-nacionais visando determinar suas capacidades para auxiliar outras nações e examinar as capacidades de cada nação para acessar, absorver e utilizar os conhecimento dirigidos ao tratamento dos problemas comuns e daqueles problemas exclusivos de cada país bem como os de toda a região.
  - f) Concordamos investigar e recomendar maneiras para melhorar o compartilhamento de informações para ação e o intercâmbio de melhores práticas, com enfoque na tecnologia da informação e comunicação.
  - g) Concordamos cooperar no treinamento e desenvolvimento de programas em toda a

região, pois os recursos humanos disponíveis e treinados são o foco da pesquisa, análise e disseminação das atividades requeridas

- h) Concordamos que um dos mecanismos mais eficazes para promover os objetivos de melhoria tanto da saúde como do ambiente é dispor de uma população que entenda os vínculos e as ações necessárias. Portanto, aceitamos facilitar e apoiar programas públicos de educação e conscientização, especialmente para incentivar o respeito e o cumprimento de leis e regulamentos .

***Mensagens para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável***

11. Renovamos nosso engajamento em cumprir os compromissos resultantes do CNUMAD, a Declaração do Rio e da Agenda 21, especialmente aqueles contidos no Capítulo 6 *Protegendo e Promovendo as Condições de Saúde Humana*.
12. Salientamos a necessidade de estabelecer um diálogo que resulte na criação de uma ética aplicável ao desenvolvimento sustentável.
13. Como ministros da Saúde e do Meio Ambiente, reconhecemos as relações inerentes entre a pobreza, a qualidade ambiental e a saúde humana. Reconhecemos o importante processo preparatório em andamento em antecipação à Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a ser realizada em agosto e setembro de 2002 em Johannesburgo, África do Sul. Salientamos a importância de investimentos na saúde como componente chave para garantir o desenvolvimento sustentável domesticamente, em nosso hemisfério, e mundialmente
14. Reconhecemos a gestão integrada dos recursos hídricos como sendo uma questão de importância especial no relacionamento entre a saúde e o ambiente e ressaltamos a importância do estabelecimento de mecanismos econômicos e financeiros para melhorar nossa habilidade em garantir a quantidade, disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos.
15. Exortamos:
  - a) Os líderes da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável a reconhecer explicitamente a necessidade de tornar a integração das ações e dos enfoques relacionados à saúde humana e ao ambiente um foco para o desenvolvimento, estabelecendo vínculos mais fortes entre os ministros responsáveis pela saúde e meio ambiente nacionais, e outros ministérios. Isto pode ser realizado por meio da melhoria das comunicações, maior colaboração e desenvolvimento de agendas comuns.
  - b) Mais especificamente, exortamos os líderes da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável considerar alta prioridade a proteção das populações vulneráveis, especialmente as crianças, pois elas representam nosso futuro.
  - c) As organizações de cooperação técnica e financeira a mobilizar sua competência e recursos para apoiar o desenvolvimento e implementação de programas e políticas visando as populações vulneráveis
16. Estamos ansiosos para compartilhar os resultados das nossas iniciativas. Incentivamos os líderes da CMDS a fazer da capacitação, da troca de informações e das melhores práticas e melhoria da governança nacional e internacional uma prioridade. Reafirmamos e apoiamos os

seguintes princípios e compromissos tomados no Rio de Janeiro em 23-24 de outubro de 2001, sobre a Plataforma de Ação para ser levada a Joanesburgo.\*

### ***Mensagens finais***

17. Destacamos o importante papel da sociedade civil e de outras partes interessadas em estruturar ações nacionais e regionais visando atenuar e prevenir os riscos à saúde humana e ao meio ambiente. Nos comprometemos em garantir que a sociedade civil e outras partes interessadas estejam adequadamente implicadas no desenvolvimento e implementação das estratégias nacionais.
18. Reconhecemos a importância dos esforços internacionais para mobilizar e melhor administrar os recursos financeiros afim de fomentar o desenvolvimento sustentável. Incentivamos os líderes que participarão da Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento (CIFD) das Nações Unidas, a ser realizada de 18 a 22 de março de 2002 em Monterrey, México, a chegarem a um acordo sobre uma estratégia de avanço no financiamento do desenvolvimento que seja sustentável e consistente com os objetivos relevantes de saúde e meio ambiente da Agenda 21 e salientar o financiamento para a gestão integrada dos recursos hídricos.
19. Esta reunião de Ministros da Saúde e Meio Ambiente das Américas deu-nos a oportunidade de estabelecer uma agenda hemisférica que reflete nossas preocupações comuns. Estamos preparados para colocar em andamento as ações dessa agenda que nos permitirão, dentro de uma estrutura de ação de integração regional estratégica, contribuir para a melhoria da qualidade de vida de nossos povos a caminho do desenvolvimento sustentável de toda a região.

---

\* Os Estados Unidos não participaram na negociação da Plataforma de Ação do Rio de Janeiro em direção a Johannesburgo. Como não participantes na Plataforma do Rio de Janeiro, os Estados Unidos não podem reafirmar todos os princípios e compromissos nela contidos.